

GOVERNO FEDERAL

Oposição lança movimento pró-impeachment de Dilma

Para deputados, ato vai marcar início do afastamento da presidente

O lançamento do movimento pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), na manhã desta quinta-feira, foi marcado pela presença de deputados federais e senadores oposicionistas e integrantes de partidos aliados, por reiteradas críticas ao governo e por afirmações de que o ato marca o início do processo de afastamento da petista.

“Assistimos a uma grande mobilização popular nas principais cidades do País, que está literalmente desgovernado. Estamos aqui para dizer sim ao processo de impeachment”, afirmou o líder do DEM, deputado Mendonça Filho.

Também à frente do movimento, o líder da minoria na Câmara, Bruno Araújo (PSDB-PE), disse que “começou o processo de afastamento da presidente”. “A sociedade está convencida de que o Brasil não vai para frente sob o comando de Dilma”, afirmou o tucano.

Ao todo, cerca de 50 parlamentares compareceram ao evento no salão verde da Câmara. Eles seguravam balões personalizados com a logomarca do movimento e mini-pixulekos, bonecos infláveis que fazem referência ao ex-presi-



Cerca de 50 parlamentares compareceram ao evento no Salão Verde

dente Lula (PT), entregues na tarde de quarta-feira pelo movimento Revoltados Online.

Crítico do governo, o peemedebista Jarbas Vasconcelos também esteve no evento. “A saída da presidente Dilma é inevitável. É importante que o PMDB tome consciência disso para dar o exemplo. Estou convicto que ela cai, que a ficha dela vai cair.”

A deputada Cristiane Brasil, presidente do PTB – sigla também integrante da base governista –, discursou no evento. “Queremos

devolver aos brasileiros a esperança de um futuro melhor.”

O ato foi encerrado com os congressistas cantando o hino nacional. O principal objetivo do movimento é agregar apoio popular ao afastamento de Dilma. Para isso, os congressistas lançaram um site (www.proimpeachment.com.br) onde é possível acessar uma petição on-line. “Vamos coletar o maior número possível de assinaturas”, destacou o líder do PSDB da Câmara, deputado Carlos Sampaio.

Fiesp e Firjan chamam gestão de ‘hesitante e incapaz’

As federações das indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro (Fiesp e Firjan) chamaram o governo Dilma Rousseff (PT) de hesitante, inativo e incapaz, num manifesto conjunto divulgado nesta quinta-feira, em que pedem “propostas concretas” para superar a crise, em vez de “um ajuste de mentirinha”. A nota afirma que “o governo abriu mão de go-

vernar” e não tem uma “estratégia clara sobre o que fazer para lidar com crise tão aguda, nem parece haver a capacidade de empreender o esforço tão necessário de entendimento nacional que viabilizaria a adoção de um programa consensual de ajustes na esfera econômica”. A nota é assinada pelos presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Firjan, Eduardo

Eugenio Gouvêa Vieira, que culpam o governo pela perda do selo de bom pagador da agência de classificação de risco Standard & Poor’s. No mês passado, Skaf e Gouvêa Vieira já tinham feito parceria num comunicado para apoiar o apelo de união pela governabilidade do País feito pelo vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB).

OPERAÇÃO LAVA JATO

PF pede arquivamento de ação contra Cabral e Pezão

A Polícia Federal (PF) pediu nesta quinta-feira o arquivamento do inquérito em que apurava as suspeitas de envolvimento do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do seu antecessor, Sérgio Cabral (PMDB), no esquema de corrupção da Petrobras. No relatório enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PF conclui que não foram encon-

tradas provas de crimes praticados pelos peemedebistas e pelo ex-chefe da Casa Civil fluminense Regis Fischer, que também estava sendo investigado.

Relator do caso no STJ, o ministro Luis Felipe Salomão enviou a manifestação da PF à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que os procuradores se pronunciem. A PGR, agora, tem qua-

tro caminhos possíveis: pedir o arquivamento do inquérito; oferecer denúncias contra os investigados; fazer novas diligências ou solicitar que a Polícia as faça. A PGR precisará enviar sua manifestação ao STJ. Em depoimento, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa disse que trabalhou para o caixa-2 da campanha de Sérgio Cabral ao governo do Rio, em 2010.

Edgar Lisboa



Repórter Brasília

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Fantasma do Planalto

A economia do Brasil desce numa espiral descontrolada, e o governo, atônito, não sabe qual o remédio. O último golpe foi o rebaixamento da nota do País para BB+ pela agência Standard & Poor’s, abaixo do grau de investimento. Um dos maiores pesadelos do Planalto se concretizou. O governo usou o fantasma do rebaixamento para evitar medidas como a renegociação das dívidas dos estados e municípios. Mas, sem fazer nada, a assombração voltou. A presidente Dilma Rousseff (PT) pretende enviar ao Congresso Nacional, nas próximas semanas, um pacote de medidas, como aumento de impostos e cortes de despesas. Nos corredores do Planalto, a corrida é para achar tributos que possam ser aumentados sem a autorização do Congresso e que não afetem a inflação. Trabalho de Sísifo.

Primeiro se corta

Quando o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que uma saída para a crise econômica seria criar mais uma faixa do Imposto de Renda e tributar uma percentagem maior dos mais ricos, o PMDB foi o primeiro a reclamar. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que “o dever de casa que deve ser feito é cortar despesas”. Já o líder da legenda no Senado, Eunício Oliveira, afirmou que uma medida dessas não passaria no Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou que o governo está “se autodestruindo”.

Enxugar antes

Os peemedebistas gaúchos foram na mesma direção. “Já cobramos 40% do Produto Interno Bruto (PIB) em impostos. Para que aumentar se não há um fim específico? O PMDB vota não”, disse o deputado federal Alceu Moreira. Já o deputado federal Osmar Terra disse que um aumento “atinge a todos” e que o governo “deveria enxugar antes”.

Mas não em si próprio

Quando é na própria carne, os peemedebistas passam a defender aumento de impostos. Em reunião com o vice-presidente Michel Temer (PMDB), o governador José Ivo Sartori (PMDB) defendeu a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como forma de financiamento da saúde pública. Uma das medidas de Sartori para tirar o Rio Grande do Sul da crise é aumentar tributos. Tanto Terra quanto Moreira foram favoráveis. “O Rio Grande do Sul está no limite e está enxugando”, disse Osmar Terra. Já Alceu Moreira afirmou que “lá tem projeto”.

Punição para o abigeato

A Câmara dos Deputados aprovou o aumento da pena para quem furta gado. O crime, conhecido também por abigeato, passará a ser penalizado com prisão de dois a cinco anos. Hoje, a pena é de um a quatro anos, com multa. “Temos perdas com reprodutores. Em abril deste ano, em Santa Vitória do Palmar, abateram oito vacas, todas doadoras de embriões”, disse o deputado Afonso Hamm (PP, foto), autor da proposta.

LUCIO BERNARDO JR./CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC



Registre sua marca.
Proteja sua invenção.

www.sko.com.br | 51 3342.9323

35 ANOS

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade